

## ROMANTISMO, JOSÉ DE ALENCAR E A LÍNGUA PORTUGUESA

Inez Sautchuk  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

**Resumo:** *O presente artigo mostra como o movimento romântico, de origens anglo-saxônicas, revestiu-se de uma filosofia que pregava (ensinava) o direito a uma vida nacional, a uma língua em formação nacional, à poesia como idealização nacional. A linguagem recebeu essas influências, como uma “aversão ao estático, ao definitivo” e, no Brasil, foi José de Alencar quem melhor representou o pensamento romântico sobre a língua. Ainda que Alencar tenha defendido, principalmente em seus post-scriptum, muitas posturas contra imposições lingüísticas clássicas, nem tudo foi efetivamente seguido ou cumprido por ele em sua obra. Entretanto, também não se pode negar que muito de sua linguagem não deixou de exibir a beleza e a expressividade típicas da “substância romântica” entre nós.*

**Palavras-chave:** *língua portuguesa, José de Alencar, romantismo*

**Abstract:** *This article aims at showing how Romanticism, with its Anglo-Saxon origins, assumed a set of ideas that advocated the right for a national lifestyle, for the development of a national language, and to a poetry as a national idealization. Language was influenced by these as an “aversion to what was static and complete”. In Brazil, José de Alencar was the writer who best represented the romantic language. Although Alencar had stood up for anti-classical linguistic impositions, mainly in his post-scripts, he was not a strict follower of the movement in his work. Nevertheless, it ought not be denied that his language reveals the typical beauty and expressiveness of the “romantic substance” within the national context.*

**Key-words:** *Portuguese language, José de Alencar, Romanticism.*

O Romantismo foi o maior movimento espiritual do Ocidente nos tempos modernos e deu forma a uma substância que já existia há muito. Estendeu-se a todos os domínios da arte, atingindo a política, a religião, a própria sociedade. Pode-se, pois, também sondarem-se identicamente suas influências na língua de que a literatura se valeu.

De origens anglo-saxônicas, essa “substância romântica” reportava a paisagens solitárias, selvagens, montanhosas, enfim, a um sentimento de “*fuga à realidade social, de busca de um refúgio solitário, em colóquio com a natureza, capaz de nos conduzir às fontes puras que nos haviam gerado em nossa autenticidade primitiva*” (Elia, 1985)

Movimento que inunda a Europa nos séculos XVIII e XIX, logo definiu-se como rejeição aos padrões clássicos absolutos dos outros séculos: o caráter fundamental do Romantismo foi o “relativismo”. Distante de um modelo universal, a filosofia romântica ensinava o direito a uma vida nacional, a uma língua em formação nacional, à poesia como idealização nacional. Desse relativismo, o mundo latino derivou outro caráter essencial: o da liberdade, tomado como liberalismo e como nacionalismo. No Brasil, tanto um quanto

outro tiveram representadas suas várias vertentes, do indianismo ao individualismo exacerbado.

Semelhantemente, a linguagem também se tornou um campo pronto a receber tantas influências da “substância” romântica que impregnava a Europa culta. As teorias lingüísticas de Humboldt “*tinham a marca do Romantismo na sua aversão ao estático, ao definitivo, ao absoluto e na sua preocupação de inserir os fenômenos da linguagem no fluxo irreversível da ação, da energia criadora e contínua*” (Ibid). Tanto o latim quanto o grego recuam nos estudos lingüísticos, dando lugar à busca da espontaneidade das criações populares, à concepção romântica do “povo dono da língua”.

No Brasil, por sua relevância como romancista, foi a José de Alencar que coube a representatividade maior do pensamento romântico sobre a língua do Brasil. O nacionalismo em sua obra não se restringiu ao esforço em retratar diferentes realidades e paisagens brasileiras. Alencar teve associada a seu nome e a boa parte de sua obra a referência constante à luta para afastar alguns aspectos de sua linguagem literária dos padrões portugueses. Esse seu esforço foi extremamente criticado na época, o que custou ao romancista a necessidade de páginas e páginas de justificações e de defesa de sua atitude.

Era seu objetivo, inclusive, deixar firmados de forma orgânica alguns princípios que norteariam a defesa de suas supostas incorreções e que poderia vir a ser um conjunto de comentários efetivamente realizados sobre um português transformado no Brasil. Tal objetivo, porém, jamais se consolidou, apesar de o autor ter apontado no *post-scriptum* de *Iracema* que pretendia fazer “um estudo sobre a índole da língua portuguesa” (Alencar, 1958), deixando apenas um esboço de roteiro, como plano ambicioso de uma revisão lingüística e literária da língua nacional.

O autor chegou a falar em “nosso dialeto” e, até mesmo, em um “português americano”, porém nunca abandonou a gramática normativa tradicional e os mais credenciados dicionários da língua sempre que teve de defender-se das incorreções ou das “ousadias” de que lhe acusavam os críticos da época. Até mesmo seus neologismos acabaram sendo justificados por meio de abonações clássicas, ainda que o fizesse em prol daqueles cujo fundamento era predominantemente estético.

Segundo Edith Pimentel Pinto (1978), Alencar tinha, a respeito da língua do Brasil, “*dadas as suas escassas luzes lingüísticas, uma linha de pensamento lacunosa e parcialmente contraditória*”. Apresentava, também, dada à própria personalidade egocêntrica do romântico, uma interpretação personalista dos fatos da língua. Assim, sua causa era muito mais a da liberdade do artista em matéria de língua, que propriamente a independência da variante brasileira.

Nessa direção, a questão dos neologismos em Alencar surge como ponto central em sua obra. Suas inovações lingüísticas situam-se quase que exclusivamente ao nível do signo, de caráter lexical, portanto. São de menor freqüência os considerados estilísticos, isto é, os “de autor”, em que Alencar procura exprimir de maneira inédita e com certa visão pessoal idéias não tão originais. Entretanto, foram os primeiros que tiveram maior aceitação, mesmo na época, por preencherem principalmente a condição de “*utilidade, de necessidade, no ponto em que a língua é carente ou pobre*” (Ibid).

São exemplos dessas necessidades lexicais também os inúmeros indianismos existentes em *Iracema*, *O Guarani* e *Ubirajara*, ou os regionalismos de *O Gaúcho*. No *post-scriptum* à segunda edição de *Diva* (Alencar, 1958), em forma de nota, Alencar arrola 16 termos empregados por ele no romance, justificando-lhes o emprego: *núbil, escumilhar, pubescência, exale, palejar, rofado, gárceo, garrular, olímpio, elance,*

*rutilo, roçar, frondes, aflar, rubescência, fervilhar*. Curioso notar-se que seu arrazoado reporta-se às origens latinas dos termos e às possibilidades de formação por meio de mecanismos mórficos previstos no sistema lingüístico do português, antecipando já princípios lingüísticos que viriam a florescer somente no início do século XX.

Essas e outras justificativas de Alencar não lhe pouparam duras críticas como as que Joaquim Nabuco endereçou ao escritor durante a famosa polêmica em que ambos trocaram artigos, publicados no jornal *O Globo*, em 1873. O crítico condenava termos que Alencar usava como pertencentes a “*um dialeto desconhecido, que só se pode conhecer pelo nome dado às românticas reformas do Sr. José de Alencar - dialeto martiniano: saia toda rofada; um gárceo colo; as luzes palhejavam-lhe a frente jaspeada; rigidez granítica; colear o talhe flexível*” (Coutinho, 1965). Nabuco citava, ainda, no mesmo artigo, outros termos alencarianos que, segundo ele, não se encontravam no “dicionário de Moraes”: *rubescência* (em vez de *rubor*); *roçar* (empregado no sentido de *arrastar pelo chão*, em *Diva*, e em *Lucíola*, no sentido de *arregaçar*). Acrescentava, ainda, o polemista: “*o que mostra que o Sr. J. de Alencar toma as palavras que inventa, com pleno direito de propriedade, para exprimir duas idéias contrárias; também não se encontra elance, que pertence a um jargão estrangeirado demais, nem palejar (basta-nos empalidecer)*” (*Ibid*).

A respeito dos estrangeirismos, Alencar consegue fazer comentários que, para a época, já prenunciavam posturas mais modernas de teóricos da língua. Na mesma polêmica que travava com Nabuco, o romancista, em uma de suas últimas cartas ao crítico, comentava que “*desde que termos estrangeiros são introduzidos em um país pela necessidade e tornam-se indispensáveis nas relações civis, a língua, que os recebe em seu vocabulário, reage por uma lei natural sobre a composição etimológica para imprimir-lhe o seu próprio caráter morfológico*”, acrescentando, a seguir, com extrema consciência do fenômeno lingüístico da importação de termos: “*a pronúncia e a ortografia alteram-se, em alguns casos profundamente, mas sempre conforme leis fonéticas, estudadas por Jacob Grimm e seus seguidores*” (*Ibid*).

Por outro lado, também é necessário que se registre que a série de elementos lexicais diferenciais, fossem eles estrangeirismos, neologismos ou tupinismos, utilizados segundo as preferências ou as necessidades de Alencar, revelava muito mais sua tendência à erudição do que um cuidado constante e consciente em perpetrar uma “língua brasileira”.

Na verdade, nem tudo o que Alencar acabou defendendo nos *pós-escritos* de alguns de seus romances foi efetivamente seguido ou cumprido por ele em sua obra. Em um deles, o da segunda edição de *Iracema* (Alencar, 1958), por exemplo, o autor faz uma série de considerações a respeito de alguns empregos lingüísticos muito próprios que defendia. Alguns desses, como, por exemplo, aqueles que diziam respeito ao uso de acentos ou da crase, tornaram-se difíceis de ser verificados em edições modernas de seus romances, uma vez que estes passaram por constantes ajustes e revisões, após reformas ortográficas seguidas. Não chegam a ter, inclusive, muita relevância para estudos estilísticos ou de uso da língua. Porém, é quando Alencar defende e escolhe algumas possibilidades sintáticas que se pode aferir sua coerência ou não em relação ao que pregava e ao que efetivamente empregava, ou, simplesmente, flagrar-lhe construções “ao sabor da pena”.

Assim, temos nesse mesmo pós-escrito à *Iracema*, a referência ao caso em que os clássicos omitiam o artigo definido em expressões nominais “sempre que o pronome possessivo o tornava escusado” (como em *meu filho, minha pátria, sua alma*) e que, nem por isso, era uso que os puristas consideravam “cheirando a um francesismo”. Em

relação a esse comentário, é possível perceber-se que o romancista acabou oscilando sem aparente razão entre esse emprego clássico e o com pré-determinante expresso. Veja-se a longa lista de ocorrências verificadas em *Diva* (*Ibid*):

- *Entrou conforme o seu costume estrepitosamente e cantarolando não sei que ária do seu repertório.*” (p.465)
- *“É como médico que me pedes para ir ver tua irmã?”* (p.465)
- *“Foi tua família que mandou chamar-me?”* (p.465)
- *“Foi meu pai”* (p. 465)
- *“... e sua mão fina e nervosa flagelou-me a face sem piedade.”* (p.556)
- *“Emília estava a meus pés (...) erguendo para mim seu divino semblante...”* (p.556)
- *“Seus lábios úmidos pousaram rápidos na minha face, onde a sua mão tinha tocado”* (p.556)

Estão em *Senhora* (*Ibid*) as seguintes construções:

- *“E o mundo é assim feito; que foi o fulgor satânico da beleza dessa mulher a sua maior sedução.”* (p.945)
- *“Pronunciando essas palavras, a moça parecia de novo sentir sua alma refranger-se...”* (p.951)

Em relação à sintaxe de colocação pronominal, pela qual Alencar acabou sendo mais lembrado pelo uso pessoal e “abrasileirado” que fazia em seus romances, pode-se observar que o autor se posiciona a favor da colocação proclítica dos pronomes *me*, *te*, *se*, *lhe* que servem de complemento ao verbo (e que os críticos da época consideravam afrancesada). A escolha era justificada pelo romancista como opção “*pela clareza e pela elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento*” (*Ibid*).

O que nos revelam exemplos tirados de alguns de seu romances é que o autor pautava-se realmente muito mais pela eufonia de emprego (em que se fundamentam as regras de uso normativo ainda em vigor), mas que também optava por uma colocação cujas razões não seguiam evidentemente um padrão de uso.

Retirados de *Diva* (*Ibid*), temos os seguintes exemplos:

- *“...que cercava-se uma como atmosfera amante...”*(p.463)
- *“O manuscrito é o que lhe envio agora”* (p.463))
- *“Sua tia que fazia-lhe agora as vezes de mãe...”* (p.466)
- *“Como o faria agora que a vejo tão doente...”*(p.467)
- *“...de modo que tratava-se de um reembolso...”* (p.502)
- *“...mas criança ainda para a paixão que não me tinha encanecido a alma...”* (p.502)
- *“Já te confessei...”* (p.502)
- *“como uma estrela, que se desnubla em noite límpida...”* (p.510)

Comparem-se ainda estas outras colocações pronominais, em *Diva* (*Ibid*)

- *“A multidão afastava-se...”* (p.510)
- *“...o edifício iluminou-se...”*
- *“A quadrilha a chamava”*
- *“Essa palavra magoou-me ainda mais”* (p.511)

Em *Iracema* (*Ibid*):

- *“...o coração lhe tremia nos lábios...”* (p.250)
- *“O bravo Caubi os afrontava a todos...”* (p.255)
- *“Martim se embala docemente...”* (p.266)
- *“Iracema recosta-se langue...”* (p.266)
- *“...a formosa filha de Araquém se lamentava à beira da lagoa...”* (p.299)

Com o infinitivo, perceba-se como os pronomes se alternam em diferentes posições, até mesmo num mesmo enunciado, sem que haja um motivo aparente a justificar-lhes o uso:

- “*Duas vezes tinha-me dirigido à porta para **me** retirar e duas vezes achara um pretexto para demorar-me...*” (em *Diva, Ibid*, p.511)
- “*...procura rebaixar-me a seus próprios olhos e humilhar-me para ter a força, que não tem, de **me** desprezar!*” (*Ibid*, p.555)
- “*...mas a jandaia vinha para **a** consolar agora.*” (em *Iracema, Ibid*, p.211)

Em *Benção Paterna (Ibid)*, pode-se perceber também essa oscilação de escolha de Alencar por diferentes posições dos pronomes, muito mais justificadas por eufonia do que por qualquer outra recomendação gramatical rígida:

- “*... o crítico que salva-se da obrigação de alambicar...*” (p.695)
- “*... essa gêmea aspiração do belo e do grande, que afaga-lhe os sonhos...*” (p.696)
- “*... aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço...*” (p.697)
- “*A primitiva, que se pode chamar aborígene...*” (p.697)
- “*... deviam os críticos darem-se a outro mister mais útil...*” (p.699)

Foi justamente contra essa plasticidade sonora que Alencar considerava como justificativa maior para muitas de suas “afrontas” lingüísticas que Joaquim Nabuco, ironicamente, mais uma vez insurgiu-se: “*quanto à melodia, não sei a que compare a prosa do Sr. J. de Alencar, ele já não escreve o meu nome por ser pouco eufônico, e altera as palavras que não lhe soam bem ao ouvido; nessas condições, o seu estilo é uma verdadeira flauta*” (Coutinho, 1965).

Entretanto, era o próprio Alencar quem admitia, no pós-escrito a *Iracema*, que o estilo era também uma arte plástica e também como muitas outras destinada à revelação do belo. Assim, na perspectiva do escritor, a linguagem ressaltava o caráter eminentemente visual e plástico das próprias imagens que compunham a beleza e a grandeza da paisagem representativa da “substância romântica”. O escritor, assumia, entre nós, aquele caráter relativista do Romantismo, buscando, à sua maneira, uma língua em formação nacional, associada a uma poesia também nacionalmente idealizada. Ou, como quer Edith Pimentel Pinto: não se pode negar a Alencar “*a profunda consciência da missão específica do artista ante o instrumento artesanal que é a língua*” (1978).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de (1958). *Obra completa*. Rio de Janeiro, José Aguilar.
- CASTELLO, Aderaldo (1972). *Presença da Literatura Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- \_\_\_\_\_. (1963). *Textos que interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, vol. II.
- CÂNDIDO, Antônio (1981). *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia.

- COUTINHO, Afrânio (1965). *A Polêmica Alencar/Nabuco*. Rio, Tempos Brasileiros.
- ELIA, Sílvio (1985). “Romantismo e Lingüística”, in Guinsburg, J. (org.) *O Romantismo*. São Paulo, Perspectiva, p.113 a 135.
- MAGALHÃES, Jr Raimundo (1971). *José de Alencar e sua época*. São Paulo, Livros Indianistas.
- MARTINS, Nilce Sant’anna (1988). *História da Língua Portuguesa, Século XIX*. Série Fundamentos, São Paulo, Ática.
- MELO, Gladstone Chaves de (1972). *Alencar e a Língua Brasileira*. Rio, Conselho Federal de Cultura.
- PINTO, Edith Pimentel (1978). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*. Vol. I., Rio de Janeiro, EDUSP.
- \_\_\_\_\_ (1986) *A Língua Escrita no Brasil*. São Paulo, Ática.
- \_\_\_\_\_ (1965). *José de Alencar: sua contribuição para a expressão brasileira*. São Paulo, Ed. Cadernos da Serra, Coleção Imbuí, nº 4.
- PROENÇA, M. Cavalcanti (1966). *José de Alencar na Literatura Brasileira*. Rio, Ed. Civilização Brasileira